



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 24 de janeiro de 2012

JORNAL DO COMMERCIO Frente & Perfil	1
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO CNI	2
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Burocracia	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO ARTIGO	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Thomaz Meirelles	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Site reúne artesanatos do Brasil	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Globalização	7
NEGÓCIOS	
A CRITICA sim & não	8
OPINIÃO	
A CRITICA Zona Franca de Manaus	9
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO CELULARES	10
CAPA	
AMAZONAS EM TEMPO Freio' na importação de celulares beneficia PIM	11
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS SRTE/AM vai investigar a ocorrência de trabalho escravo em campo da Embrapa	12
CIDADES	
JORNAL PROGRESSO Thomaz Nogueira toma posse como novo superintendente da Suframa	13

Frente & Perfil

*** **

AMPLIAR

Philips da Amazônia alugou as instalações do I.B. Sabbá localizadas na rua Pajurá, no Distrito Industrial da Suframa. A operação se deu no dia 30 de dezembro do ano passado. Segundo consta a indústria do setor eletroeletrônico é acionista numa empresa que vai fabricar telas LCD.

*** **

CNI

Pesquisa diz que empresários estão mais confiantes

O otimismo dos empresários na reativação da atividade produtiva cresceu 2,5 pontos neste mês, em relação ao mês passado, de acordo com o Icel (Índice de Confiança do Empresariado Industrial) divulgado ontem pela CNI (Confederação Nacional da Indústria). Foi o maior índice mensal de crescimento desde janeiro de 2010.

A pesquisa da CNI, feita entre os dias 2 e 18 deste mês com consultas a 2.220 empresas, mostra que o empresariado começa a recuperar confiança para novos investimentos, e o Icel atingiu 57,3 pontos. Está abaixo, porém, dos 62 pontos de janeiro de 2011 e menor que a média histórica de 59,3 pontos.

O aumento do otimismo empresarial é natural no início de cada ano, de acordo com o economista Marcelo de Ávila, da CNI. Mas ressalta que a alta mais forte, verificada nesta virada de ano, sinaliza confiança na retomada da atividade industrial, em decorrência, principalmente, da mudança na política monetária, que aumentou a Selic (taxa básica de juros) durante todo o primeiro semestre do ano passado, aumentando o custo do dinheiro para investimento.

A partir de agosto, porém, a direção dos juros mudou, com quatro baixas seguidas de 0,5 ponto percentual cada uma, e agora a Selic é de 10,50% ao ano, abaixo dos 10,75% de de-



zembro de 2010. Além disso, disse ele que "a expectativa de manutenção de redução da taxa de juros e as medidas de desoneração fiscal, adotadas pelo governo, contribuem para a melhora nas expectativas".

A confiança dos industriais aumentou nos três níveis de comparação com dezembro. O índice da indústria extrativa cresceu de 59,9 para 60,3 pontos, a indústria da construção evoluiu de 57,9 para 59,7 pontos e a indústria de transformação teve o melhor desempenho quanto às expectativas para os próximos seis meses, com avanço de 54,4 para 56,5 pontos.

Burocracia

Governo da Argentina regulamenta norma que dificulta importações

O governo argentino publicou nesta segunda-feira no Diário Oficial a regulamentação da norma que aumenta a burocracia de todas as importações do país a partir de 1.º de fevereiro. A UIA (União Industrial Argentina) havia solicitado à Casa Rosada o adiamento da entrada em vigor da exigência de declaração prévia informando à Receita Federal sobre qualquer compra. Na prática, a norma equivale à aplicação

de licenças não automáticas para todas as compras externas do país.

A Resolução 3.252, denominada “janela única eletrônica”, fixa um prazo de dez dias para aprovar as solicitações das importações. De acordo com o texto, a medida pretende unificar as operações de comércio exterior e estabelecer “um regime comercial mais seguro, propenso a um novo enfoque de trabalho e associação entre as aduanas, orga-

nismos governamentais e empresas, orientado à facilitação do comércio internacional”.

O grande temor dos empresários, no entanto, é que o governo comece a atrasar a aprovação das declarações, como faz com os produtos sob regime de licenças não automáticas, cujo prazo de análise permitido pela OMC (Organização Mundial do Comércio) é de 60 dias. Porém, na Argentina, há demoras de 180 dias ou mais

ARTIGO



Peru: muitas portas para fazer negócios

FRANCISCO PANTIGOSO VELLOSO DA SILVEIRA

Nos últimos anos, o Peru tem surpreendido o mundo pelo grande desenvolvimento econômico que teve na última década, com crescimento médio de 8% ao ano, apenas reduzido para 1% em 2009, onde, apesar da crise econômica global, foi um dos poucos países que cresceram. A este respeito, o Peru tem números sólidos para a sua estabilidade macroeconômica, inflação baixa, câmbio estável, exportações que aumentam a taxas significativas acompanhadas por um crescimento sustentado no investimento privado, excelente posição fiscal devido ao aumento substancial dos ingressos tributários, e altas e crescentes reservas internacionais líquidas que reduzem o risco-país. Peru é um país com grau de investimento, e possui um quadro jurídico favorável ao investidor estrangeiro. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, tem junto ao Brasil, o melhor clima de negócios na América Latina. Para o Fórum Econômico Mundial, o Peru ocupa o primeiro lugar na região nas respostas positivas ao investimento público.

De fato, o investidor estrangeiro tem grandes vantagens de pôr o pé no Peru: um tratamento não discriminatório, o acesso irrestrito a maioria dos setores econômicos, não se impõe níveis de desempenho, se pode acessar a livre circulação de capitais, se oferecem garantias necessárias para a propriedade privada, se tem a liberdade de aquisição de ações aos nacionais, existe um livre acesso ao crédito interno e externo. Lembre-se que o Peru é membro do CIADI e MIGA, bem como um membro do OCDE (Comitê de Investimentos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Peru assinou a Decisão N° 578 da CAN, que é a Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Modelo das Nações Unidas, que lhe permite evitar a tributação de um mesmo rendimento duas vezes em vários países andi-

nos sob o princípio de afetar uma renda apenas no país da "fonte" de produção dessa renda.

Lembre-se que além deste acordo, existem outros assinados com o Brasil, Chile, México e Canadá, todos sob o modelo da OCDE, que afeta com o Imposto de renda no país de "residência", exceto se existisse um estabelecimento permanente no país da "fonte".

Além disso, através da Lei N° 27.037, as empresas que:

- Se instalem na Amazônia peruana (grande parte desta área gera fronteira com o Brasil),
- Se inscrevam nos Registros Públicos da referida zona, e,
- c) Mantenham instalados 70% dos seus ativos fixos nessa área; podem usufruir dos seguintes benefícios: uma alíquota do IR (Imposto de Renda) de 5% (quando a taxa normal no resto do território é de 30%), sempre que desenvolvam atividades na agricultura, pecuária, aquíicultura, pesca, turismo doméstico, extração e transformação de florestas. As vendas internas na área da Amazônia, também estão isentas de IGV (ICMS peruano).

Os contribuintes da Amazônia que principalmente desenvolvam a agricultura e/ou processamento ou transformação de produtos qualificados como cultivo nativo ou alternativo na área, serão isentos do Imposto de Renda (por exemplo, se desenvolverem a mandioca, soja, palmito, castanha, etc.).

Da mesma forma, os brasileiros têm a possibilidade da criação de empre-

sas em zonas chamadas "CETICOS" (Centros de exportação, processamento,

O Peru tem números sólidos para a sua estabilidade macroeconômica, inflação baixa, câmbio estável e exportações que aumentam

fabricação, comercialização e serviços), que permite desenvolver atividades em Ilo, Matarani e Tacna (sul do Peru, com o acesso rodoviário direto desde Rio Branco, no Acre) ou Paita (norte do Peru) e Puno (fronteira com a Bolívia, uma área chamada "Puno Zona Econômica Especial" - ZEEDEPUNO). Em todos estes lugares, as atividades não são sobrecarregadas com o Imposto de Renda; as importações na zona não são tributadas com o ICMS e direitos aduaneiros, e as vendas ao resto do país são tratadas como "exportações", e como "importações" na chegada.

Recorde-se que desde o final de 2009 está em pleno vigor também a "Lei para a Promoção do Desenvolvimento Atividades Produtivas no altiplano andino", que menciona os benefícios de isenção do Imposto de Renda para as atividades empresariais, e isenção de impostos sobre as importações de bens de capital, desde que as micro e pequenas empresas se localizem a mais de 2.500 me-

tros acima do nível do mar e outras empresas (maiores) estejam localizadas a mais de 3.200 metros. A localização final não pode estar na capital de um "departamento" (Estado). As atividades sujeitas a esta Lei são: pesca, aquíicultura, transformação de carne em geral, plantações florestais para fins comerciais ou industriais, produção de leite, criação e exploração de fibra de camelinos Sul-americanos, agonegócios, artesanato e têxteis.

Também vale ressaltar que o empresário brasileiro pode assinar um "Acordo de Estabilidade Tributária", contrato - Lei que determina um regime de estabilidade jurídica que inclui a estabilidade geral do regime de Imposto de Renda para dez anos, na medida em que cumpram determinados quesitos de investimento mínimo.

Os incentivos fiscais no Peru se estendem a várias atividades, como agricultura e aquíicultura fora da zona das florestas (Imposto de Renda com uma alíquota de 15%, entre outros benefícios), educação (livre de impostos), transporte (sem ICMS se é "público"), hotel (sem ICMS para os turistas estrangeiros), entre outros casos.

Tem se anunciado a devolução do ICMS aos turistas

por suas compras dentro do Peru, faltando apenas as regras para a definição dos detalhes operacionais da mesma. Proximamente não se cobrará ICMS na assistência dos turistas estrangeiros aos espetáculos folclóricos, no uso de transporte, na cirurgia plástica etc.

Como conclusão, os empresários acreanos podem fazer grandes lucros através de um planejamento tributário adequado, considerando a existência da recentemente inaugurada Rodovia Interoceânica Sul, que liga os portos de San Juan, Ilo e Matarani (no Pacífico), com as cidades de Rio Branco (Acre) e Porto Velho (Rondônia). De Porto Velho a ligação com Manaus e pelo rio Madeira. Lembre-se que a estrada pode permitir então o acesso ao Pacífico de produtos brasileiros. Vale a pena notar que o Peru assinou acordos de livre comércio com a China e os EUA (entre outros), que permite que os produtos de origem peruano sejam exportados para esses países sem pagar direitos aduaneiros no lugar de destino.

Uma extraordinária notícia e que próximamente será inaugurada a Interoceânica Norte que unirá a cidade de Paita (na costa norte peruana) com as cidades de Yurimagias e Iquitos (no Peru) e Manaus.

FRANCISCO PANTIGOSO VELLOSO DA SILVEIRA é advogado tributarista internacional, representante no Peru da Câmara de Comércio Peru-Brasil no Rio de Janeiro e membro da International Fiscal Association (IFA) - Grupo peruano.
E-mail: fpantigoso@pantigosoabogados.com

Thomaz Meirelles



Agronegócios

Deloitte identifica as 20 regiões de maior potencial no país. O AM não consta na relação

Um estudo da auditoria e consultoria Deloitte identificou as 20 microrregiões com maior potencial de desenvolvimento, e em nove delas o agro é o principal indutor de crescimento. Em comum, essas áreas estão no interior do país e são relacionadas à produção de commodities. "O agronegócio, o minério, o petróleo e a logística dessas commodities são os principais indutores dessas regiões de alto potencial", afirma o supervisor da área de Pesquisa da Deloitte, Giovanni Cordeiro.

A empresa cruzou dados oficiais, como número de aberturas de empresa e crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) per capita, para identificar as 20 microrregiões de maior potencial de desenvolvimento. Além das nove regiões ligadas diretamente ao agro, há cinco onde o crescimento é puxado pela extração de

petróleo, três nas quais a mineração é o principal indutor de crescimento e três em que a logística de commodities é a atividade âncora. As microrregiões preponderantemente agrícolas identificadas como de maior potencial estão em três áreas distintas. No noroeste do Rio Grande do Sul estão as microrregiões de Santiago, Cruz Alta, Não-Me-Toque e Cerro Largo. Segundo Cordeiro, essas regiões se destacam pelos investimentos em tecnologia associados à produção de grãos para a exportação. "A região tem empresas de máquinas agrícolas e de desenvolvimento de sementes, por exemplo", cita ele.

No Mato Grosso, as regiões norte e sudeste têm grande potencial de crescimento por conta da chegada relativamente recente de infraestrutura associada à sua grande capacidade agrícola. As microrregiões de Arinos, Alto Teles Pires, Parecis e Primavera do Leste entraram para a lista das 20 Mais da Deloitte. Os principais municípios dessas regiões, como Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Sorriso e Primavera do Leste se desenvolveram muito nos últimos 15 anos, e ainda podem crescer mais, segundo a pesquisa.

Por fim, a microrregião de Quirinópolis, no sul de Goiás, é uma grande fronteira de expan-

são da cana-de-açúcar. Próxima de grandes polos produtores de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, Quirinópolis e os outros municípios da microrregião receberam novas usinas nos últimos anos, mostrando grande potencial de geração de negócios.

O estudo mostrou que a produção de commodities está interligando o desenvolvimento econômico

LOGÍSTICA

Além dessas nove microrregiões, o agro tem um importante papel no desempenho de outras três microrregiões identificadas pela Deloitte. Elas estão fortemente relacionadas à logística da produção agropecuária: Paraguaçu (PR) e Itajaí (SC) são portos de escoamento das exportações do agro e Porto Franco (MA) será um entroncamento ferroviário com grande potencial agrícola. O porto paranaense é o segundo maior exportador de grãos, atrás do porto de Santos, e é a principal porta de entrada dos fertilizantes

importados para abastecer as lavouras brasileiras.

Já a microrregião de Itajaí se beneficia da grande exportação de carnes, que faz do seu porto o líder nacional em exportação frigorificada. Já a pouco conhecida região de Porto Franco (MA) está com a economia aquecida por ser o ponto de encontro das ferrovias Norte-Sul e Transnordestina, ambas em construção.

É nesse ponto do sudoeste do Maranhão, com agricultura em franca expansão, que está sendo construído um grande pátio de manobras para interligar as duas ferrovias. "Há um grande potencial de crescimento agrícola nessa região entre Maranhão, Piauí e Tocantins, e grandes empresas do agro já estão na região de Porto Franco", diz o supervisor da Deloitte. A logística, aliás, é citada por ele como um dos grandes desafios para que o potencial de desenvolvimento dessas 20 regiões se concretize. "Esse crescimento pede mão de obra, infraestrutura urbana, estradas, ferrovias; o desafio é crescer de forma

ordenada e sem impactar o meio ambiente", pondera Cordeiro.

OPORTUNIDADES

O estudo também mostrou que a produção de commodities está interiorizando o desenvolvimento econômico, o que é positivo para a economia brasileira, segundo Cordeiro. "O bioma da Mata Atlântica concentra quase 70% do PIB e hoje há áreas quase inexploradas com grande potencial", ressalta.

"O Brasil fechou 2011 como a sétima ou sexta maior economia do mundo, então imagine quando esse crescimento atingir também o interior." Por isso, fica a dica: quem quer abrir um negócio próprio ou expandir sua atuação profissional pode apostar em uma das 20 microrregiões apontadas no estudo.

"A vocação do Brasil está nas commodities e eu investiria meu dinheiro em serviços ligados a essas cadeias ou em parcerias com empresas que já atuam nesses segmentos", afirma. (Fonte Original: Sou Agro / Fonte: site da CNA)

Thomaz Antonio Perez da Silva Meirelles, servidor público federal, administrador, especialização na gestão da informação ao agronegócio. E-mail: thomaz.meirelles@hotmail.com

Site reúne artesanatos do Brasil

Portal do Artesanato abriga em seu site mais de 3 mil artesãos cadastrados do país

Por Olívia de Almeida

Criado há apenas um ano e meio, o Portal de Artesanato, da On Line Editora, se tornou referência na internet por oferecer conteúdo completo sobre artesanato leve. De acordo com a responsável pelo site, Cynthia Marafantia, a intenção é de oferecer conteúdo para todos os interessados em aprender técnicas de artesanato de forma clara, com qualidade e totalmente gratuito. "Queremos fazer com que o artesanato não seja visto apenas como uma renda extra, mas também como arte decor", destacou.

Ao todo são mais de 3 mil artesãos cadastrados no portal de uma das dez maiores editoras do país e líder no mercado brasileiro de publicações no segmento de artesanato. De acordo com Marafantia, o sucesso com as publicações impressas da editora neste segmento, foi o que motivou o desenvolvimento do Portal de Artesanato. "Não havia nada parecido na internet", afirma.

Desenvolvido pela Lecom, empresa especializada em soluções para comunicação digital, o portal, traz diariamente, matérias focadas no fortalecimento das artes

manuais, cobertura dos eventos e feiras do segmento, novidades e tendências, por meio de um leiaute atrativo, interface intuitiva e planejada.

Marafantia afirma que atualmente o site recebe cerca de 10 mil visitas e 70 mil pageviews (impressões) registradas diariamente. "É o que mais nos surpreendeu é que grande parte do público não é terceira idade, nem pessoas que têm aquele costume de comprar revistas voltadas para artesanato, e sim, pessoas mais jovens que têm tido interesse em aprender no trabalho manual", comentou.

O portal conta com mais de 2 mil sugestões de trabalhos com fotos ilustrativas, videoaulas e um banco de moldes com imagens para download gratuito. Recentemente, conquistou uma parceria importante com o portal R7 (Portal de Notícias da empresa de comunicação Record), o que resultou em um aumento de 70% nos acessos.

Ponto de destaque

Outro destaque no Portal do Artesanato é a seção "Vendo Artesanato", lançada há pouco tempo e que funciona como um espaço e-commerce, dedicado



Site alia matérias sobre artes manuais, coberturas de eventos e feiras e ainda conta com 2 mil sugestões de trabalho

aos artesãos que pretendem divulgar e comercializar seus produtos. Nessa área, podem-se encontrar artigos produzidos de Norte a Sul do Brasil. "É como se fosse uma loja virtual do artesão, em que ele expõe seus produtos, divulga e define as formas de pagamento", infor-

mau Cynthia, ao apontar que o site tem crescimento mensal em média 10% a 15%.

Ela ainda adianta que para este ano o site trará algumas novidades em termos de ferramentas que otimizarão a divulgação dos trabalhos do artesão, como a criação de um cartão de visita

como endereço eletrônico de sua loja virtual. Já no próximo dia 30, será a estreia da opção de personalização do site, em que o usuário poderá marcar os passos a passo, vídeos e matérias que mais gosta, sem a necessidade de ter que procurá-los sempre que quiser ver novamente.

Por dentro

Feira Mundial de Artesanato

Acontece no próximo mês, de 3 a 12, a Art Mundi - 9ª Feira Mundial de Artesanato, em Santos (SP). A feira é um evento itinerante, que já teve edições de sucesso em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba, e vai reunir atrações de cerca de 20 países e 15 Estados brasileiros. Pela quarta vez a cidade de Santos vai receber o evento que reúne milhares de produtos de artesanato, decoração, vestuário, utilidades domésticas, comidas típicas, complementos da moda, além de apresentações culturais. Para mais informações acesse o <http://www.artmundisp.com.br/> ou através do telefone (41) 3075-1100.

Serviço

O quê?
Portal de Artesanato

Onde?
www.portaldeartesanato.com.br

Globalização

Brasil cai uma posição em ranking

De acordo com o estudo da Ernst & Young país está, entre os Brics, atrás da China, mas à frente da Rússia

O Brasil caiu uma posição, para 47º, no ranking de globalização feito pela empresa de consultoria Ernst & Young com as 60 maiores economias do mundo. Apesar da queda verificada no Índice de Globalização, divulgado ontem, o Brasil aumentou sua pontuação em 0,02 em relação ao estudo de 2010, atingindo 3,24 pontos. Segundo a consultoria, desde 1995 o Brasil caiu três posições no ranking, cuja liderança é ocupada por Hong Kong com 7,42 pontos. A pontuação média global ficou em 4,17 pontos.

Entre o grupo dos Brics, o

Brasil está atrás da China (39º), mas à frente de Rússia (56º), Índia (55º) e África do Sul (54º). O Brasil está atrás ainda de Nigéria (46º), México (36º) e Chile (25º), mas melhor posicionado do que a Argentina (50º) e da Venezuela (58º).

De acordo com o estudo, o Brasil apresentou uma grande queda na categoria "capital", provocada pela saída de IED (Investimento Estrangeiro Direto), que passou de 0,6% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2010 para -0,6% no ano seguinte. "Deve-se notar que os dados de saídas de IED em 2011 foram distorcidos pela repatriação excepcional de empréstimos

por empresas brasileiras relacionadas a investimentos feitos em anos anteriores, tornando negativos os dados líquidos de saídas desses investimentos", afirma o documento.

Tecnologia

Na categoria "tecnologia", o país ganhou pontos por conta do aumento das assinaturas de banda larga, que passaram de 7,4 para cada 100 pessoas em 2010 para 8,8 em 2011, e do total de assinantes de internet, que avançou de 32,3 em cada 100 habitantes para 36,1, no mesmo período.

Nas outras três categorias analisadas - "comércio", "trabalho" e

"cultura" - a pontuação continuou inalterada. "O País ainda aparece acima da média nos indicadores "facilidade de negociação transnacional", "restrições de conta corrente", "política governamental para o investimento estrangeiro" e "abertura da cultura nacional à influência estrangeira", consta no relatório

O estudo, que está na sua terceira edição, é feito a partir de três parâmetros: o Índice de Globalização da Ernst & Young, de uma pesquisa com 1.000 executivos em todo o mundo realizada no final de 2011 e da projeção de crescimento do PIB global e regional ao longo dos

próximos quatro anos.

Onda protecionista

No relatório, a empresa afirma que a globalização continuará avançando até 2015, mas mostra preocupação com medidas protecionistas. "Noventa por cento dos executivos consultados esperam ver um aumento nas medidas protecionistas, se a economia global entrar em nova recessão após uma ligeira recuperação", afirma o relatório. Reino Unido e Estados Unidos são os únicos mercados analisados em que o índice prevê globalização ligeiramente em declínio nos próximos

três anos, devido às regras para a entrada de imigrantes.

Ainda de acordo com o estudo, o crescimento dos países emergentes deverá compensar o lento avanço das economias desenvolvidas em 2012. A empresa calcula que o PIB combinado desses mercados crescerá 5,3% neste ano. "O PIB dos mercados emergentes (medido com base na paridade do poder de compra) pode superar o das economias desenvolvidas já em 2014, com cerca de 70% do crescimento mundial total nos próximos anos vindo dessas economias, dos quais mais da metade virá de China e Índia."

sim & não

2º escalão da Suframa sai esta semana

Até quinta-feira, o titular da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira, deverá definir os nomes que irão compor a cúpula da autarquia nas quatro superintendências adjuntas que formam o quadro. Há informações de que Thomaz vai buscar na Sefaz, de onde saiu, o seu gestor administrativo e financeiro, e que Marcelo Igrejas é o mais cotado para substituir, Oldemar Ianck na superintendência adjunta de projetos.

'Cai pra cima' Oldemar Ianck, que passou o comando da Suframa para Thomaz, pode perder o status de superintendente, mas deverá se tornar o braço direito do titular. Na autarquia, comenta-se que ele "vai cair para cima" como assessor.

PT-RR Ontem, ouvia-se ainda que o assessor especial da Secretaria de Assuntos Institucionais da Presidência da República, José Nagib, deverá assumir a área de planejamento da Suframa. Ele é do PT de Roraima, primeiro suplente da senadora Ângela Portela (PT-RR).

Retorno A propósito, se a nomeação de Nagib for confirmada, significa que será o retorno dele à Suframa, já que

no início da gestão Flávia Grosso ele chegou a dirigir uma superintendência adjunta, mas em seguida foi para a Presidência da República.

Avermelhou! Do ex-presidente do boi bumbá Caprichoso Dodozinho Carvalho, sobre a festa que o Garantido realizará no próximo sábado em Parintins para gravação de DVD: "Torço pelo Caprichoso, mas sou fã do Garantido pela raça do boi".

Bumbódromo O governador Omar Aziz (PSD) vai tirar do papel promessa de reformar o Bumbódromo de Parintins. Ele vai anunciar a obra na viagem que fará ao município no próximo fim de semana. Omar também realizará entrega de viaturas e o lançamento do

"Programa Viver Melhor".

Terceirização Por falar em Parintins, o prefeito Bi Garcia (PSDB) bateu o martelo. Vai terceirizar os serviços de abastecimento de água do Município. A licitação deverá ocorrer em fevereiro. O atual sistema da cidade opera no vermelho, com 60% de inadimplência.

Só papo O deputado estadual Marcelo Ramos (PSB) usou o Twitter ontem para criticar a Amazonas Energia. Segundo o parlamentar, a empresa cortou investimento em manutenção de rede e dispensou licitação para serviços de propaganda, em contratos que somam R\$ 7 milhões: "Isso mostra que essa empresa é só papo", disse.

Tudo formal O vereador Massami Miki (PSL) levou a sério a passagem dele pela chefia do Executivo. Ontem, informado de que teria que passar o cargo para o colega Marcel Alexandre (PMDB), ele pediu que houvesse transição, e no gabinete do prefeito.

Meta Aliás, Miki conseguiu atingir a meta que estabeleceu para os quatro dias que ficaria na função de prefeito. Na quinta-feira, quando soube que viraria prefeito, ele disse que iria fazer de tudo para tirar o lixo da praia do Tupé. Conseguiu!

Calma, calma! A primeira-dama Nejmi Aziz foi ontem à Feira da Cidade, na Zona Norte, tranquilizar os comerciantes do local diante a extensão da Av. das Torres não vai afetá-los.

PINGA FOGO

✘ A Assembleia Legislativa do Estado vai construir um edifício-garagem para tentar resolver o problema de falta de vaga no estacionamento da Casa. A obra está em fase de licitação e a ideia é iniciar a construção no primeiro semestre.

✘ Audiência pública realizada em Manacapuru para discutir a duplicação da rodovia Manoel Urbano não agradou a comunidade. Os moradores criticaram o local escolhido que não cabia mais de cem pessoas, a pressa da discussão em duas horas e tempo dado à população falar.

✘ A assessoria de comunicação da Seinf, uma das organizadoras da audiência, respondeu que o tempo e o espaço cedidos foram suficientes para a discussão da obra.

Manaus, terça-feira, 24 de janeiro de 2012.

Zona Franca de Manaus

BIC investe R\$ 40 milhões

Dinheiro será destinado à construção de uma nova unidade para abrigar duas linhas de produtos

A BIC Brasil, empresa que atua nas categorias de papelaria, acendedores, barbeadores, pilhas, colas instantâneas e artigos esportivos aquáticos, anuncia que aumentará em cerca de cinco mil metros quadrados o seu parque industrial localizado em Manaus, que passará a ter 45 mil metros quadrados de área construída.

O investimento, na ordem de R\$ 40 milhões, o dobro do valor aportado em 2011, será destinado para a construção de um novo prédio, que deve abrigar duas linhas de produtos totalmente novas, ou seja, ainda não fabricadas no país, bem como a ampliação de duas operações de produtos já existentes.

"A matriz dedicou constantes

investimentos na operação brasileira, principalmente, nos últimos cinco anos. O Brasil vem sendo considerado, pelos dois últimos anos consecutivos, a operação com o maior crescimento em vendas e lucro líquido do grupo BIC. O investimento de cerca de R\$ 40 milhões, com previsão para ser concluído até 2013, só reafirma o compromisso sólido e

consistente que a BIC tem com o país em prol de seu desenvolvimento", enfatiza Horácio Balseiro, presidente da BIC Brasil.

A BIC fechou o ano de 2011 com R\$ 849 milhões de faturamento bruto e R\$ 602 milhões de faturamento líquido - que inclui todas as categorias que a marca atua -, 11,28% superior ao ano de 2010.



A BIC da Amazônia é uma das grandes multinacionais instaladas na ZFM

CELULARES

Medida quer proteger ZFM de importados

Economia B6

'Freio' na importação de celulares beneficia PIM

Medida deverá preservar os empregos e a competitividade do polo local, que detém fabricantes importantes para o setor

RICHARD RODRIGUES
Equipe EM TEMPO

Na tentativa de "frear" as importações de telefones celulares e garantir a competitividade da indústria local e nacional, o governo federal anunciou que vai exigir a homologação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), dos aparelhos importados, antes de entrarem no país. A medida, que beneficiará o Polo Industrial de Manaus (PIM), onde estão instaladas a Nokia, LG e Samsung, será discutida amanhã, durante Reunião da Câmara de Comércio Exterior.

A iniciativa do governo federal foi vista com bons olhos pelas entidades ligadas ao setor industrial amazonense. De acordo com o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, a homologação deverá

refletir de maneira positiva na produção dos celulares fabricados no PIM e, principalmente, na empregabilidade em território manauense.

"A medida tem como foco preservar os empregos do se-

MEDIDA

Governo federal anunciou que vai exigir a homologação, pela Anatel, dos aparelhos celulares importados antes de entrarem no Brasil, para garantir que as importações sejam freadas

tor e a produção de telefones celulares nas empresas locais, que têm tido suas atividades comprometidas por conta da concorrência com os eletroeletrônicos importados", avaliou.

Périco, que também é presidente do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos de Manaus (Sinaees), reforçou que a homologação de celulares importados terá impacto de "peso" não só nas atividades industriais locais, mas também no mercado doméstico consumidor dos produtos.

Para o presidente da Associação das Empresas e Indústrias de Serviços do Polo Industrial de Manaus (Aficam), Cristóvão Marques Pinto, a determinação atenderá não só as fabricantes de celulares instaladas no Amazonas, mas também o setor componentista local.

"Várias empresas, como a Perios, a Brascabo e a GkeB, industrializam peças e componentes para fábricas como a Nokia, e com a homologação dos aparelhos importados essas empresas também deverão ter crescimento em suas atividades", projetou.

Pressão garante 'pontapé'

O "pontapé" para que a medida fosse tomada ocorreu após solicitação da indústria nacional, na qual a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) pontuou que as fabricantes de celulares nacionais estavam sendo prejudicadas por conta dos baixos custos de produção da China. A entidade alega que os eletroeletrônicos chineses têm ganhado mais espaço no mercado nacional, tal qual já dominam um terço.

Segundo o Ministério da Indústria e Comércio Exterior (Mdic), a medida visa combater o volume de exportações de celulares de baixo custo - preocupação do governo fe-

deral. Além da homologação, o ministro da pasta, Fernando Pimentel, sugeriu ainda que poderão ser adotadas providências adicionais, como a mudança do regime atual de licença não automática para o canal cinza dos procedimentos aduaneiros - o mais rigoroso.

O ministro também destacou que os equipamentos mais baratos apresentam problemas de qualidade técnica, sendo prejudiciais aos consumidores. Nesse sentido, ele defendeu a colaboração operadoras de telefonia móvel no processo, para que elas não habilitem celulares sem a homologação da Anatel.

Exportações de eletrônicos 'despencam'

Além da produção, a concorrência com importados parece também ter afetado a venda de telefones para clientes estrangeiros. Dados divulgados pelo Mdic apontam que, embora tenha sido o terceiro maior produto do PIM exportado em 2011, as transações comerciais referentes ao eletroeletrônico renderam às empresas do setor US\$ 104,9 milhões, montante 69,6% inferior ao registrado entre janeiro e dezembro de 2010.

SRTE/AM vai investigar a ocorrência de trabalho escravo em campo da Embrapa

TEXTO Lillian Portela
FOTO Jair Araújo

MANAUS

A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/AM) vai realizar uma fiscalização no campo experimental do Distrito Agropecuário da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), da Embrapa Amazônia Ocidental, localizado 53 quilômetros de Manaus, na B-174, para investigar as denúncias de cárcere privado, desvio de função e demissões irregulares de trabalhadores, publicadas na edição de ontem do DIÁRIO.

“Se forem constatadas tais irregularidades, a primeira medida é retirar os funcionários do local. Depois, será penalizar os responsáveis e garantir que os direitos dos trabalhadores sejam cumpridos”, disse o superintendente da SR-

TE/AM, Dermilson Chagas. Segundo ele, a pena para esse tipo de crime varia de 2 a 8 anos de reclusão, previsto no artigo 149 do Código Penal Brasileiro (CPB).

O superintendente explicou que a situação no local, se confirmada, caracteriza-se trabalho escravo. “A falta de estrutura na alimentação, as folgas, o descanso semanal, o direito de ir e vir do trabalhador, transporte, etc. Tem um arcabouço de fatos que caracterizam o trabalho escravo”, disse.

O caso foi denunciado ao Ministério Público do Trabalho do Amazonas (MPT-AM) no último dia 12. Antes, porém, a Embrapa já havia firmado um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) perante o órgão, no qual se comprometeu a não mais praticar as irregularidades.

Chagas explicou que a denúncia deveria ter sido encaminhada, primeiro, à SRTE, para que o órgão pudesse cons-

FRASE



Dermilson Chagas. Superintendente

A falta de estrutura na alimentação, as folgas, o descanso semanal, o direito de ir e vir do trabalhador, transporte, etc. Tem um arcabouço de fatos que caracterizam o trabalho escravo”

tatar as irregularidades. “Como os trabalhadores foram primeiro ao Ministério Público, esse Termo de Ajuste de Conduta até inibe a nossa ação.

Neste caso, nossa função é fiscalizar se há o descumprimento de conduta e se o problema persiste”, explicou Chagas.

Suframa

Ontem, por meio de nota, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) esclareceu que a Embrapa dispõe de área para pesquisa e experimentação no Distrito Agropecuário. Quanto à fiscalização, de acordo com o superintendente da autarquia, Thomaz Nogueira, “é preciso que se faça uma distinção: para aprovação dos projetos industriais ou agropecuários no âmbito da Suframa, há exigências legais que a autarquia cobra e acompanha. Nós estamos falando de uma instituição pública federal que está submetida aos órgãos regulares de controle, como está sendo feito nesse instante pelo Ministério Público do Trabalho. Não cabe à Suframa a supervisão na área trabalhista”, disse em nota.

O CASO

Trabalhador relata situação ao DIÁRIO

Na semana passada, o site do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf) revelou as condições de exploração e degradação dos trabalhadores do campo experimental da Embrapa Amazônia Ocidental, “que são obrigados a passar as noites entre segunda e sexta-feira isolados no campo, além de sábados e domingos em esquema de plantão, privados do convívio social e familiar e sem qualquer estrutura de atendimento médico e alimentação”. No domingo (22), o DIÁRIO esteve no local, conversou com um dos trabalhadores que estava de plantão e contactou as irregularidades. O assistente de produção Danilo Lima de Abreu confirmou a situação a que os trabalhadores são submetidos.

Thomaz Nogueira toma posse como novo superintendente da Suframa

Em solenidade realizada no auditório da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), o bacharel em Direito e ex-subsecretário de Estado da Fazenda do Amazonas, Thomaz Nogueira, foi empossado pelo ministro interino do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Alessandro Teixeira, como novo superintendente da SUFRAMA, tornando-se o 19º dirigente na história de quase 45 anos da autarquia.

A cerimônia contou com a participação expressiva de autoridades, incluindo representantes dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, membros da bancada federal do Amazonas, embaixadores, empresários e dirigentes de entidades de classe, entre outros.

Bastante emocionado e em alguns momentos não conseguindo conter as lágrimas, Nogueira direcionou as primeiras palavras de seu discurso à ex-superintendente Flávia Grosso, cujo nome recebeu uma longa salva de palmas como reconhecimento aos seus oito anos de liderança à frente da instituição. O novo superintendente agradeceu também a confiança depositada em seu nome, especialmente por

parte do governador do Estado do Amazonas, Omar Aziz, e da presidenta Dilma Rousseff, e prometeu seriedade e absoluta transparência na condução de suas tarefas. “Tenho clara a relevância social e econômica do cargo que assumo. Buscaremos abrir cada vez mais a SUFRAMA ao diálogo com a sociedade para que possamos, juntos, consolidar a dinamização e o fortalecimento do modelo Zona Franca de Manaus”, afirmou.

Nogueira também fez questão de destacar a importância de novos investimentos em infraestrutura como forma de ampliar a competitividade do Polo Industrial de Manaus, a necessidade de adequação da ZFM às vocações naturais da região – destacando o fortalecimento do Centro de Biotecnologia da Amazônia como diretriz crítica nesse processo – e disse ainda, ao abordar a questão dos recursos da autarquia contingenciados pelo Governo Federal, que a SUFRAMA precisa ter as



O NOVO PRESIDENTE THOMAZ NOGUEIRA É EMPOSSADO NA SUFRAMA

condições necessárias para aprimorar o seu papel de agência de desenvolvimento regional em sua área de atuação. “Acre, Amapá, Amazonas, Roraima e Rondônia têm direito a uma ação mais eficaz da SUFRAMA”, pontuou Nogueira.

Por fim, o novo superintendente disse que a certeza do compromisso do Governo Federal com o modelo Zona Franca de Manaus e com a região foi o principal fator que fez com que ele aceitasse o desafio de comandar a SUFRAMA.

O superintendente adjunto de Projetos da SUFRAMA, Oldemar

de pleno êxito à nova gestão que se inicia e que nela possam ser ampliados os benefícios sociais, ambientais e econômicos desse modelo para a região e para o Estado brasileiro”, afirmou Ianck.

O governador do Estado do Amazonas, Omar Aziz, fez referências sobre a competência demonstrada por Thomaz Nogueira enquanto técnico da Secretaria de Estado da Fazenda e disse que o novo superintendente conta com o apoio da classe política regional para alcançar um objetivo em comum: o desenvolvimento do modelo Zona Franca de Manaus. “É um momento de grande alegria, mas também de muita responsabilidade. Me tranquilizo porque o ministro interino do MDIC, Alessandro Teixeira, mostrou-se solidário a questões colocadas como urgentes para o Estado do Amazonas, dentre as quais a proteção aos produtores de juta e malva no Interior, a prorrogação do período de implantação do sistema Ginga nos televisores e a atração de novos setores produtivos para o PIM, e isso mostra mais uma vez o compromisso do Governo Federal com o modelo ZFM”, afirmou Aziz.